



CÓD: OP-128JN-24
7908403548514

CNU

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

450 questões gabaritadas- GABARITANDO
- Conhecimentos gerais- BLOCOS 1, 2, 3, 4,
5, 6 e 7

CADERNO DE QUESTÕES

Questões Gabaritadas

1. Políticas Públicas.....	5
2. Desafios do Estado de Direito: Democracia e Cidadania	21
3. Ética e Integridade	39
4. Diversidade e Inclusão na Sociedade.....	57
5. Administração Pública Federal.....	81
6. Finanças Públicas	99

73. CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE ES)/PGE ES/2023
ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

À luz das disposições constitucionais acerca da previdência complementar, assinale a opção **correta**.

(A) O regime de previdência privada de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao RGPS será compulsório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei.

(B) É legítimo o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, inclusive na qualidade de patrocinador, situação na qual, excepcionalmente, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

(C) O regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo oferecerá plano de benefícios nas modalidades contribuição definida ou benefício definido e será efetivado somente por intermédio de entidade fechada de previdência complementar.

(D) Lei ordinária de iniciativa do respectivo Poder Executivo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência complementar instituídas pelos patrocinadores e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e nas instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

(E) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do RGPS para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social.

74. INSTITUTO CONSULPLAN - AE (SEGER ES)/SEGER ES/Direito/2023

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Márcio foi aprovado em concurso público para ocupar cargo efetivo no Estado do Espírito Santo e tomou posse em 2023. Sobre seu vínculo previdenciário, nos termos da Constituição Federal, assinale a assertiva **correta**.

(A) Se sua remuneração for de R\$ 8.000,00, sua contribuição previdenciária será integralmente vertida para o regime geral.

(B) Se sua remuneração for de R\$ 3.000,00, sua contribuição previdenciária será integralmente vertida para o regime geral.

(C) Se sua remuneração for de R\$ 8.000,00, sua contribuição previdenciária será integralmente vertida para o regime próprio.

(D) Se sua remuneração for de R\$ 3.000,00, sua contribuição previdenciária será integralmente vertida para o regime próprio.

(E) Se sua remuneração for de qualquer valor, sua contribuição previdenciária será integralmente vertida para o regime próprio.

75. GUALIMP - Fisc (Bom Jardim)/Pref Bom Jardim/Urbanismo e Postura/2023 Direito Constitucional - Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Sobre as previsões constitucionais acerca dos servidores públicos, analise as afirmações a seguir:

I. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, não é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário.

II. É estável após três anos de efetivo exercício o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

III. O servidor público estável da administração direta, durante o exercício de mandato de vereador, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, em qualquer hipótese.

Está **INCORRETO** o que se diz em:

(A) Nas afirmativas I e II.

(B) Nas afirmativas I e III.

(C) Nas afirmativas II e III.

(D) Todas estão **corretas**.

76. FGV - Ana (PGM Niterói)/Pref Niterói/Processual/2023
ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Maria, ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Município Alfa, após o preenchimento dos requisitos exigidos, tornou-se estável. Para sua surpresa, foi declarada a desnecessidade do cargo que ocupava.

Considerando os termos dessa narrativa e o disposto na Constituição da República de 1988, é **correto** afirmar que Maria:

(A) deve ser imediatamente transposta para outro cargo de provimento efetivo, da mesma carreira ou de carreira diversa;

(B) deve ser imediatamente transposta para outro cargo de provimento efetivo, necessariamente pertencente à mesma carreira;

(C) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo;

(D) passa a integrar um quadro especial, sendo assegurada a sua remuneração integral, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo;

(E) deve ser demitida do serviço público, sem prejuízo de sua posterior readmissão caso haja vacância de outro cargo de natureza semelhante àquele que ocupava.

77. FGV - TecPro (PGM Niterói)/Pref Niterói/2023
ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Maria, há duas décadas, é servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Município Alfa. Como o exercício da função lhe possibilitava grande realização pessoal, consultou a Diretoria de Recursos Humanos a respeito da existência de alguma regra que determinasse a sua aposentadoria, mesmo contra a sua vontade, embora gozasse de perfeita saúde física e mental.

82. IBADE - Ana Prev (RBPREV)/RBPREV/Qualquer Área de Formação/2023 Direito Constitucional - Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com o texto da Emenda Constitucional nº 88 de 2015, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:

I. por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será desnecessária a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

II. compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

III. no âmbito da União, aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e aos 63 (sessenta e três) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

Marque a afirmativa **correta**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta
- (B) Apenas a afirmativa III está correta
- (C) As afirmativas II e III estão corretas
- (D) As afirmativas I e III estão corretas
- (E) Apenas a afirmativa II está correta

83. CEBRASPE (CESPE) - Sold (PM SC)/PM SC/2023

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Com base nas normas da CF acerca dos servidores públicos e de aspectos a eles relacionados, assinale a opção **correta**.

- (A) Em regra, é inadmitida a acumulação de cargos e empregos públicos.
- (B) Cada estado-membro e cada município, devido a sua autonomia, decidem livremente, em lei, o regime jurídico de seus servidores públicos.
- (C) O prazo de validade dos concursos públicos é, em regra, de quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (D) Todo agente público é contratado por prazo indeterminado, não sendo admitidos no serviço público vínculos profissionais de caráter temporário.
- (E) Eventuais acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

GABARITO

1	D
2	B
3	A
4	C
5	C
6	C
7	C
8	A
9	E
10	D
11	A
12	C
13	B
14	C
15	A
16	A
17	B
18	E
19	E
20	D
21	A
22	A
23	A
24	C
25	B
26	D
27	D
28	C
29	D
30	D
31	C
32	A
33	E
34	D
35	C
36	C
37	C
38	B
39	E

II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, autoriza o aumento de despesas com pessoal, traça regras para as despesas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e indica prioridades de financiamento pelos bancos públicos.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- (B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- (C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- (D) As duas afirmativas são falsas.

6. FAU UNICENTRO - TCon (Laranjeiras S)/Pref Laranjeiras Sul/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

A Constituição Federal define que o Ente deverá aprovar uma lei que compreenderá as metas e prioridades da administração pública, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientando a elaboração da lei orçamentária anual, dispondo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A lei mencionada recebe o nome de:

- (A) Plano estratégico.
- (B) Lei de Riscos Fiscais.
- (C) Anexo de metas e resultados.
- (D) Planejamento orçamentário.
- (E) Lei de Diretrizes Orçamentárias.

7. INSTITUTO CONSULPAM - ACE (TCM PA)/TCM PA/Contábil/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito das previsões plurianuais, de acordo com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964.

- (A) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por Lei Ordinária, abrangendo, no mínimo um triênio.
- (B) O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital abrangerá as despesas à conta de fundos especiais e, como couber, as receitas que os constituam.
- (C) A proposta orçamentária conterá o programa anual atualizado dos investimentos, inversões financeiras e transferências previstos no Plano Plurianual.
- (D) O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital será anualmente reajustado acrescentando-se as previsões de mais dois anos, de modo a assegurar a projeção contínua dos períodos.

8. FCC - Ana (COPERGÁS)/COPERGÁS/Contador/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Nos termos dispostos na Constituição Federal de 1988, o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação no projeto da Lei Orçamentária Anual, desde que

- (A) não iniciada a votação, na Comissão mista permanente de Senadores e Deputados, da parte cuja alteração é proposta.
- (B) não se refira à matéria relacionada a crédito adicional.

(C) não se refira à anulação de despesa.

(D) a alteração se limite ao serviço da dívida.

(E) a alteração se limite a despesas com pessoal e seus encargos.

9. FGV - Ana (PGM Niterói)/Pref Niterói/Contábil/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Embora na proposta de lei orçamentária anual, em geral, as receitas sejam estimadas e as despesas autorizadas, há casos de ingressos que só podem ser incluídos como receitas quando especificamente autorizados pelo Poder Legislativo. Conforme as disposições da Lei nº 4.320/1964, um exemplo desse ingresso tem origem em:

- (A) amortização de empréstimos;
- (B) operação de créditos;
- (C) operações extraorçamentárias;
- (D) recursos vinculados;
- (E) transferências constitucionais.

10. FGV - Ana (PGM Niterói)/Pref Niterói/Contábil/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Um ente municipal criou e mantém uma fundação pública que tem como objetivo a prestação de assistência social a migrantes e refugiados, que são recorrentes no Município em decorrência da sua posição geográfica. As receitas e despesas relativas às atividades fim da fundação devem ser apresentadas na proposta de lei orçamentária anual como:

- (A) benefícios de prestação continuada;
- (B) despesas extraordinárias;
- (C) direitos individuais, coletivos e difusos;
- (D) orçamento da seguridade social;
- (E) orçamento fiscal.

11. AVANÇASP - TTM (SM Arcanjo)/Pref SM Arcanjo/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Nos termos expressos da Lei nº 4.320/1964, a Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa, e será elaborada segundo os seguintes princípios:

- (A) exclusividade, generalidade e progressividade.
- (B) universalidade, legalidade e tipicidade.
- (C) unidade, disponibilidade e evidenciação.
- (D) unidade, universalidade e anualidade.
- (E) clareza, transparência e exclusividade.

12. FGV - FR (Pref RJ)/Pref RJ/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Um Município recebeu recursos decorrentes de uma emenda parlamentar apresentada ao orçamento federal por um deputado eleito com apoio daquela unidade da federação.

Os recursos da emenda foram alocados por meio de transferência especial e, nesse caso, o Município:

De acordo com os parâmetros da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o valor da Receita Corrente Líquida do Município de Órion em 2021 é de:

- (A) R\$ 520.000,00.
- (B) R\$ 590.000,00.
- (C) R\$ 545.000,00.
- (D) R\$ 570.000,00.
- (E) R\$ 565.000,00.

16. CESGRANRIO - Ana Desenv (AgeRIO)/AgeRIO/Contabilidade/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Disposições Preliminares (arts. 1º e 2º da LRF)

Um determinado ente público mantinha o controle das empresas discriminadas no Quadro a seguir.

	Área de atuação/ Atividade fim	% do ente no capital	Receita Operacional Líquida	Pessoal + Custeio
Empresa A	Coleta e tratamento de resíduos	100%	R\$ 2,3	R\$ 23
Empresa B	Gestão e fomento ao turismo	95%	R\$ 11,5	R\$ 9
Empresa C	Serviços financeiros	51%	R\$ 79	R\$ 19

Adicionalmente, sabe-se que:

- O valor da receita operacional líquida de cada empresa foi exclusivamente auferido pelo exercício de sua atividade fim junto a terceiros e não contempla repasses do ente controlador.
- Os valores da receita operacional líquida e das despesas de pessoal + custeio estão expressos em milhões de reais, referem-se ao último exercício financeiro encerrado e não apresentaram alterações significativas em relação aos exercícios anteriores.
- O capital social das três empresas é composto apenas por ações com direito a voto.
- O percentual de participação do ente no capital de todas as empresas não foi alterado desde a criação das mesmas.

A partir de tais informações hipotéticas, no contexto do planejamento e do orçamento governamental e à luz do conceito de empresa estatal dependente, disposto na LRF, verifica-se que

- (A) a empresa B não pode ser enquadrada como empresa estatal dependente, pois gerou resultado positivo no período.
- (B) ainda que despesas de capital da empresa A sejam custeadas pelo ente, ela pode continuar enquadrada como empresa estatal dependente.
- (C) as três empresas devem constar no orçamento fiscal do ente, em decorrência de serem empresas controladas.
- (D) por atuar na área de serviços financeiros, a empresa C não pode ser enquadrada como empresa estatal dependente.
- (E) se o ente aumentar o capital da empresa C, esta pode ser enquadrada como empresa estatal dependente.

17. FUNDATEC - Tec (IFC)/IFC/Contabilidade/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Disposições Preliminares (arts. 1º e 2º da LRF)

Um grupo de servidores foi designado para apurar manualmente a receita corrente líquida de um órgão. Por orientação da chefia, eles devem seguir a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Qual cálculo os servidores devem fazer?

- (A) Subtrair as receitas de contribuições das receitas tributárias.
- (B) Subtrair as receitas agropecuárias das receitas industriais.
- (C) Somar receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes e subtrair as devidas deduções.
- (D) Somar somente receitas industriais e tributárias, sem nenhuma dedução.
- (E) Subtrair receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais das demais receitas corretes.

24. SELECON - ALeg (CM Várzea Gde)/CM Várzea Grande/Contador/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF)

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, se verificado no curso da execução orçamentária, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os poderes promoverão limitação de empenho e movimentação financeira. No caso de restabelecimento da receita prevista, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á:

- (A) somente quando atestada a recomposição integral das dotações
- (B) de forma proporcional às reduções efetivadas, ainda que a recomposição das dotações seja parcial
- (C) somente quando a recomposição das dotações alcançar os critérios fixados na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias
- (D) mediante nova programação financeira que ajuste o cronograma de desembolso a estimativas atualizadas para o exercício

25. FGV - APO (Pref RJ)/Pref RJ/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF)

Ao final do terceiro bimestre de um determinado exercício financeiro, foi verificado um significativo decréscimo na realização da receita em relação à estimativa constante na LOA de ente municipal e detalhada em sua programação financeira.

Esse decréscimo compromete o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal definidas na LDO. O chefe do Poder Executivo publicou ato estabelecendo limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados na LDO, mas o chefe do Poder Legislativo não o fez no prazo legal.

Nesse caso:

- (A) as dotações orçamentárias totais do ente deverão ser revisadas até o final do bimestre seguinte;
- (B) o chefe do Poder Legislativo será notificado pelo respectivo Tribunal de Contas;
- (C) o plenário da casa legislativa deverá promover a limitação de empenho em até trinta dias;
- (D) o Poder Executivo é autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela LDO;
- (E) o Poder Executivo pode suspender os repasses financeiros destinados ao Poder Legislativo.

26. LEGALLE - ACI (N Petrópolis)/Pref Nova Petrópolis/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF)

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto na Constituição e disporá também sobre:

- (A) As regras gerais de licitação e contratos administrativos aplicáveis em âmbito municipal.
- (B) O equilíbrio entre receitas e despesas.
- (C) As funções essenciais do órgão de controle interno.
- (D) As formas de garantia adotadas nas concessões de serviços públicos.
- (E) O processo legislativo para operações de crédito.

27. LEGALLE - ACI (N Petrópolis)/Pref Nova Petrópolis/2023
ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF)

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, acerca da lei orçamentária anual, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- (B) As receitas que atenderão as despesas relativas à dívida pública mobiliária não integrarão a lei orçamentária anual.
- (C) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada deverá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) É possível consignar na lei orçamentária crédito com dotação ilimitada, desde que justificado.
- (E) O projeto de lei orçamentária anual não poderá conter reserva de contingência destinada ao atendimento de eventos fiscais imprevistos.

28. CPCON UEPB - FTri (Pref Catolé R)/Pref Catolé do Rocha/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF)

Sobre a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Deverão constar na Lei Orçamentária Anual (LOA) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- (B) O projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) deve conter o anexo de metas fiscais.
- (C) O anexo de metas fiscais deve estabelecer metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
- (D) A função da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é apenas transferir recursos a entidades públicas, equilibrando receitas e despesas.
- (E) É proibido consignar na Lei Orçamentária Anual (LOA) crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

29. IDCAP - Ana Jur (IDR Maricá)/IDR Maricá/Jurídica/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF)

De acordo com a Lei complementar nº 101/2022, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- (B) É facultativo consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- (C) Não integrarão as despesas da União, e não serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

(B) Quando da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá ocorrer a demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

(C) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além de atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

(D) O plano plurianual estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas e disporá sobre as alterações na legislação tributária que resultem em renúncias de receitas.

(E) As renúncias de receita se resumem em anistia, remissão, subsídio e crédito presumido.

35. FGV - AJ (TJ SE)/TJ SE/Contabilidade/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Geração de Despesa e Despesa Obrigatória de Caráter Continuado (arts. 15 a 17 da LRF)

Ao revisar projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) de um ente público, um analista de planejamento levantou questionamentos quanto à abrangência dos programas de duração continuada, previstos como conteúdo do PPA. O texto constitucional não explora o conceito, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) contribui com essa lacuna ao definir despesa obrigatória de caráter continuado. Em termos de prazo, a lei complementar caracteriza como de caráter continuado a despesa:

(A) compatível com o período mínimo de vigência do PPA em que for autorizada;

(B) cuja execução se estenda por um período superior a dois exercícios;

(C) de natureza corrente derivada de investimentos ou de inversões financeiras no período do PPA;

(D) que contribua com investimentos para redução das desigualdades regionais no médio prazo;

(E) que cumpra todos os estágios de execução até o final do mandato em que for autorizada.

36. VUNESP - ACE (TCM SP)/TCM SP/Administração/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Despesas com Pessoal e Seguridade Social (arts. 18 a 24 da LRF)

O município de Portal das Nações está passando por uma epidemia de dengue, resultando no aumento da procura dos municípios por atendimento nos equipamentos públicos de saúde, bem como em cobranças judiciais por medidas mais efetivas para resolução desse problema público. Diante da falta de médicos e da necessidade emergencial, a prefeitura admitiu novos médicos mediante a contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, ou seja, sem manter vínculo celetista ou estatutário. Desconsiderando as múltiplas interpretações sobre a legalidade ou não desta ação, assinale a alternativa **correta** em relação à classificação da despesa do ponto de vista financeiro.

(A) Caso o município classifique a despesa como serviços de terceiros, também deverá contabilizá-la em outras despesas com pessoal.

(B) Como se trata de despesa com saúde, deverá ser contabilizada como despesa de capital.

(C) Caso o município classifique a despesa como outras despesas com pessoal, também deverá computá-la em despesa total com pessoal.

(D) A contratação de pessoas, sejam físicas ou jurídicas, deverá ser classificada em serviço extraordinário.

(E) Nesse caso particular, a despesa deverá ser classificada como pagamento decorrente de sentença judicial.

37. VUNESP - ACE (TCM SP)/TCM SP/Ciências Contábeis/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Despesas com Pessoal e Seguridade Social (arts. 18 a 24 da LRF)

Conforme Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange as despesas com seguridade social, nos termos da CF88, nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido

(A) sem que haja correspondência na despesa incluída em específico no orçamento da seguridade.

(B) sem proposta de expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados.

(C) sem a indicação da fonte de custeio total.

(D) sem reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.

(E) sem a prévia transferência de recursos por créditos adicionais.

38. FCC - AJ TRT18/TRT 18/Administrativa/Contabilidade/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Despesas com Pessoal e Seguridade Social (arts. 18 a 24 da LRF)

Sobre despesas públicas de entes públicos, considere:

I. A receita corrente líquida de um ente público estadual no exercício financeiro de 2022 foi R\$ 16.500.000,00. De acordo com a Lei Complementar no 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do referido ente, no exercício financeiro de 2022, foi R\$ 8.910.000,00.

II. A receita corrente líquida de um ente público estadual no exercício financeiro de 2022 foi R\$ 8.100.000,00. De acordo com a Lei Complementar no 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do referido ente, no exercício financeiro de 2022, foi R\$ 4.860.000,00.

III. A receita corrente líquida de um ente público municipal no exercício financeiro de 2022 foi R\$ 9.200.000,00. De acordo com a Lei Complementar no 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do referido ente, no exercício financeiro de 2022, foi R\$ 5.520.000,00.

IV. A receita corrente líquida de um ente público municipal no exercício financeiro de 2022 foi R\$ 5.000.000,00. De acordo com a Lei Complementar no 101/2000, o Poder Executivo do referido ente recebeu o alerta do Tribunal de Contas quando a Despesa Total com Pessoal desse poder, no exercício financeiro de 2022, ultrapassou o limite de R\$ 2.430.000,00.

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, está **correto** o que se afirma **APENAS** em

(A) I, II e III.

(B) I, III e IV.

(C) I e IV.